

Educação Não Formal: Trajetória e Consolidação de um conceito

Non-Formal Education: Trajectory and Consolidation of a concept

Cecília Elias Calenzani

Maria Aparecida de Carvalho

252

Resumo: O artigo aborda as trajetórias dos estudos sobre Educação Não Formal, em âmbito nacional e internacional, pontuando e dialogando sobre as concepções formadas a luz dos referenciais teóricos dos autores Maria da Glória Gohn, Jaime Trilla, José Carlos Libâneo, Coombs e Ahmed, Moacir Gadotti e Olga Simson. Além disso, o artigo busca apresentar o percurso dos estudos realizados sobre a educação não formal, bem como discutir as fronteiras e diferenciações que são estabelecidas com a educação formal e informal. O texto aponta que este campo de estudo ainda se encontra em construção e pontua os diferentes posicionamentos dos pesquisadores, demonstrando o processo de definição de um conceito, que não é único, mas apresenta nuances que remetem ao contexto no qual foram criados.

Palavras-chave: educação não formal; educação informal; educação formal.

Abstract: The article addresses the trajectories of studies on Non-Formal Education, nationally and internationally, punctuating and discussing the conceptions formed in light of the theoretical references of the authors Maria da Glória Gohn, Jaime Trilla, José Carlos Libâneo, Coombs and Ahmed, Moacir Gadotti and Olga Simson. Furthermore, the article seeks to present the trajectory of studies carried out on non-formal education, as well as discuss the boundaries and differentiations that are established with formal and informal education. The text points out that this field of study is still under construction and points out the different positions of researchers, demonstrating the process of defining a concept, which is not unique, but presents nuances that refer to the context in which they were created.

Keywords: non-formal education; informal education; formal education.

Introdução

A educação visa preparar o ser humano para o desenvolvimento de suas atividades ao longo de sua vida, subsidiando o acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade (GADOTTI, 2005). No relatório da Comissão Internacional sobre Educação, para o século XXI, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) de 1997, também coloca a educação como trunfo indispensável para a construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social da humanidade, além de propor uma educação que seja capaz de instigar a aprendizagem em quatro aspectos: aprender a viver junto, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser. Ao



refletirmos sobre a nossa realidade, o fato é que todos esses ideais parecem inatingíveis aos moldes atuais de educação vigentes. É nesse contexto que, muitas vezes, encontramos a menção do termo educação não formal (ENF), como forma de suprir essas necessidades educacionais discutidas em diversos documentos oficiais e até mesmo em diversos trabalhos acadêmicos que buscam propor maneiras diferenciadas de educar. Sabemos que a educação não formal pode ser capaz de contribuir para estabelecermos uma educação mais abrangente e comprometida com a formação humana, uma vez que, tem o objetivo de promover a integração social, a formação dos indivíduos à cidadania, a valorização de si mesmos e a possibilidade de interpretação do mundo que os cerca (GONH, 2006). Entretanto, não é incomum encontrarmos trabalhos e pesquisas que associem a educação não formal à atividades e propostas que objetivam reforçar os conteúdos próprios da educação formal ensinado nas escolas, apresentando um aparente distanciamento das características da educação não formal. Gohn (2010, p. 39) já havia produzido considerações sobre essa problemática: [...] Alguns autores, que têm trabalhado com a denominação 'educação não formal', tem reduzido o seu campo às 'atividades complementares à escola'[...]. Para endossarmos essa discussão, se faz necessário debruçar sobre os principais referenciais teóricos acerca da educação não formal, objetivando compreendermos seu contexto de formação e as principais considerações sobre o tema. Desta forma, esse artigo tem como objetivo apresentar o percurso de estudos realizados sobre a ENF, bem como seus contextos de criação, estabelecendo um diálogo à luz de referenciais teóricos dos autores Gohn (2001, 2010), Trilla (2008), Coombs e Ahmed (1975), Gadotti (2005), Simson (2001), Libâneo (2002). Para a construção do artigo, foi realizada uma revisão bibliográfica em torno das produções dos autores citados, trazendo à tona os conceitos, características e contexto histórico da ENF, como um campo relativamente novo e em expansão.



Educação não formal – Contexto histórico e social

Trilla (2008) afirma que a educação não escolar sempre existiu e destaca que Montesquieu, já no século XVIII, ratificava a existência de três educações diferentes: a de nossos pais, a de nossos mestres e a do mundo. Mas é certo que as abordagens e discursos pedagógicos em torno da educação não formal começam a se expandir somente a partir da segunda metade do século XX. Essa expansão está associada a uma série de fatores sociais, econômicos e tecnológicos que relacionam novas necessidades educacionais e possibilidades pedagógicas que buscam satisfazer essas necessidades (TRILLA, 2008). Alguns desses fatores são relacionados por Trilla (2008) em seu trabalho: aumento da demanda educacional para setores sociais tradicionalmente excluídos dos sistemas educacionais; transformações do mundo do trabalho, operando novas formas de capacitação profissional; ampliação do tempo livre; mudanças na instituição familiar tornaram necessárias novas instituições e meios educacionais para assumir funções educativas antes exercidas, de maneira informal, pela família; crescente presença dos meios de comunicação de massa na vida social como ação educativa, evidenciando a necessidade de ampliar a atenção pedagógica, antes centrada majoritariamente na escola; desenvolvimento de novas tecnologias concebendo processos de aprendizagem à margem dos sistemas convencionais e crescente sensibilidade social para a necessidade de implementar ações educativas em setores socioeconomicamente marginalizados.

Esses fatores constituem um cenário propício para proliferação de novos espaços educacionais não escolares, juntamente com uma série de discursos pedagógicos centrados no reconhecimento de que a escola já não podia continuar sendo a panaceia da educação (TRILLA, 2008). Toda essa eclosão de críticas à escola integrou o cultivo teórico e legitimador da ampliação da educação não formal, assim como, conclui Trilla (2008, p. 25):

[...] O descrédito da escola, a exposição de suas supostas mazelas e incapacidades, a conseqüente perda de confiança em suas possibilidades, os rótulos que foram pregados (aparelho ideológico de Estado, etc.) e os insultos que



despejaram sobre ela, levaram alguns a pensar (com muita ingenuidade) que a ação educativa seria salva e reabilitada simplesmente afastando-se dessa instituição [...].

A autora Maria da Gloria Gohn, em seu livro *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor (2001)*, ressalta que até os anos de 80 a educação não formal foi um campo de menor importância no Brasil, tanto nas políticas públicas quanto para os educadores e que as atenções sempre estiveram concentradas na educação formal. Em alguns momentos quando a educação não formal estava evidenciada, sempre era vista sob a ótica de uma extensão da educação formal, porém desenvolvida em espaços fora da escola. Essa perspectiva é confirmada na definição de Coombs e Ahmed (COOMBS E AHMED, 1975, p. 27) sobre a educação não formal, proposta em 1974: “[...] toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como infantis”.

Genericamente, podemos dizer que a educação não formal, até esse momento, era vista como o conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas como extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional, educação básica, planejamento familiar, etc. Na visão de Gohn (2001, p. 92), as colocações desses autores apresentavam “[...] uma abordagem conservadora, que objetivava em última instância o controle social”.

Desta forma, seguimos para os anos 90, em que a educação não formal ganha destaque, decorrente das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Processos de aprendizagem em grupo e valores culturais articulados às ações dos indivíduos são ressaltados, além de habilidades extraescolares. A Conferência Mundial pela Educação realizada em 1990, na Tailândia, também mencionava processos educativos fora da escola (GOHN, 2001).

Esse cenário da educação não formal no Brasil apresentado até aqui, também vai ao encontro de algumas mudanças que o Estado Brasileiro passou a exercer a partir de 1990, conforme consta no Plano Diretor de 1995: “O

Estado reduziu seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais, como a educação e a saúde” (BRASIL, 1995, p. 18).

Sendo assim, observamos uma responsabilização da sociedade civil brasileira no que diz respeito à garantia dos direitos sociais. Em consonância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, reconhece os processos educativos que ocorrem fora da escola ao abrangê-los na definição de educação (GOHN, 2010).

Nos anos 2000, o uso da expressão se espalha em ONG's e entidades como Sesc, Senac, Itaú Cultural que passam a usá-la junto a comunidades variadas, associadas a promoção da cidadania e inclusão social, além do surgimento de algumas teses, dissertações e livros sobre o tema (GOHN, 2010).

Até esse momento, pudemos observar que o surgimento da educação não formal, muitas vezes, esteve atrelado às críticas que a educação formal ou escolar vinha sofrendo, sob a perspectiva que a educação não formal daria conta das demandas não supridas pela educação escolar. Nesse sentido, apesar desses fatores terem influenciado o campo da educação não formal, é importante destacarmos que a valorização da educação não formal não deve implicar a desvalorização da educação escolar (AFONSO, 2001).

Afonso (2001) também nos atenta que a educação não formal possa vir a ser redefinida com razão de interesses e poderes muito distintos daqueles que a constituem, quando fortemente conotada com efeitos educativos nos meios de comunicação em massa, nos diferentes contextos de trabalho e até mesmo associada à denominada *sociedade da aprendizagem*, que segundo o autor “[...] pretende responsabilizar os indivíduos pela sua própria [...] qualificação, em função de objetivos que pouco ou nada têm a ver com o seu desenvolvimento pessoal e intelectual numa dimensão crítica e emancipatória” (AFONSO, 2001, p. 33).



Dessa forma, é importante termos em mente o real compromisso da educação não formal frente aos diversos interesses a que ela está submetida, conforme afirma Afonso (2001, p. 35 - 36):

[...] exigindo por isso, dos educadores e investigadores socialmente comprometidos, uma vigilância epistemológica redobrada, para que aqueles que a esse campo referenciam as suas práticas e reflexões possam ajudar a constituí-lo e consolidá-lo como lugar de referência de uma educação crítica e emancipatória, tão importante, urgente e necessária como a melhor educação escolar.

Por fim, diante dessas circunstâncias podemos considerar que a educação não formal é um campo relativamente novo e que vem sendo construído ao longo dos anos por diferentes autores e concepções. Desta forma, trataremos a seguir do processo de conceituação da educação não formal e suas áreas de abrangência.

Educação não formal – A consolidação e construção de um conceito

Na tentativa de compreendermos os percursos que a história do conceito da educação não formal perpassou, aqui apresentaremos algumas construções a respeito do conceito de educação não formal e sua abrangência, compreendendo suas características e propriedades particulares. Para apresentação dessas construções foram necessárias consultas e pesquisas desses conceitos em outros países, uma vez que no Brasil, as principais produções datam dos anos 2000, constatando um crescimento na área a partir desse período. Dessa forma, diante dessa realidade foi necessário recorrer a bibliografia internacional, na tentativa de melhor entender o contexto de produção desse conceito em escala internacional e de que forma ele se relaciona com a nossa realidade nacional.

Como já relatamos aqui, a popularização do termo “educação não formal” ocorreu no último terço do século XX, onde começou a se fixar na linguagem pedagógica, marcada principalmente pela publicação da obra de P.H Coombs, *The world educational crisis* de 1968, que enfatizava a crise mundial da educação e a necessidade de desenvolver meios educacionais diferentes dos convencionalmente escolares (TRILLA, 2008).



Anos mais tarde, em 1975, Coombs juntamente com Ahmed propuseram a distinção entre três tipos de educação: a *formal*, a *não formal* e a *informal*:

[A *educação formal* compreenderia] [...] o 'sistema educacional' altamente institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado que vai dos primeiros anos da escola primária até os últimos da universidade; [a *educação não-formal*], toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como infantis; [e a *educação informal*], um processo, que dura a vida inteira, em que pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e modos de discernimento por meio das experiências diárias e de sua relação com o meio [...] (COOMBS E AHMED, 1975, p. 27, adaptação nossa).

A partir dessas definições preconizadas por Coombs e Ahmed, vários outros autores, como já dito anteriormente, teceram discussões a respeito da educação não formal e suas **fronteiras em relação à educação formal e informal**.

Gohn (2010) considera que a educação não formal é totalmente diferente da educação informal e caracteriza brevemente as três modalidades educacionais:

[...] educação formal como aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a educação não formal é aquela que aprende 'no mundo da vida', via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos; e a educação informal como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube, etc.). A informal incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados [...] (GOHN, 2010, p.16).

Nesse aspecto, Gohn (2010) afirma que na educação informal, os indivíduos participantes desses espaços seguem determinações de acordo com a origem, raça/etnia e que os valores pertencem à cultura nativa dos indivíduos. Já a educação não formal, não é nativa, ela é construída “[...] sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado ” (GOHN, 2010, p. 16).



A autora demarca que a diferenciação entre a educação não formal e informal se dá na intencionalidade do aprendizado e na sistematização do ensino, visto que os processos de socialização da educação informal ocorrem em ambientes espontâneos e segundo pertencimentos herdados pelos indivíduos e absorvidos no processo de vivência. Seguindo sua análise, a autora também acrescenta que a educação informal “[...] não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiências anteriores, [...] ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado. [...]” (GOHN, 2010, p. 19-20).

Assim, para Gohn o que diferencia a proposta educacional ser não formal ou informal é a intencionalidade da ação e a sistematização do processo de ensino. Esses dois fatores também são citados por Trilla (2008) ao propor a diferenciação entre a educação informal e as outras duas: formal e não-formal. Ele afirma que tanto a educação formal quanto a não formal são claramente intencionais e, por conseguinte, a não intencionalidade pertenceria à informal. Porém, essa não intencionalidade atribuída à educação informal é questionável, pois não podemos afirmar, por exemplo, “[...] que os pais desenvolvam toda a sua ação educativa sem a intenção de educar. [...]” (TRILLA, 2008, p.36). Desta forma, o critério da intencionalidade não parece ser suficiente para essa diferenciação.

Trilla (2008) parte então para o critério metódico ou sistemático, isto é, a educação formal e não formal seria sistematizada, já a informal seria assistemática. Porém, ele afirma que também não é simples negar a presença de uma metodologia em vários processos da educação informal. Nessa perspectiva, o autor acredita que essa diferenciação está mais atrelada a um critério de especificidade da função ou processo educacional, isto é, na educação informal o processo educativo ocorre de forma subordinada a outros processos sociais, de maneira quase que indireta, atrelada a outros propósitos. Assim, estaríamos tratando de uma educação informal quando:

[...] o processo educacional ocorre indiferenciada e subordinadamente a outros processos sociais, quando aquele está indissociavelmente mesclado a outras realidades culturais, quando não emerge como algo diferente e predominante no



curso geral da ação em que o processo se verifica, quando é imanente a outros propósitos, quando carece de um contorno nítido, quando se dá de maneira difusa [...] (TRILLA, 2008, p.37).

Portanto, podemos estabelecer que Gohn e Trilla apresentam divergências em seus textos no que se refere às delimitações entre a educação formal, não-formal e informal.

No que se refere às **fronteiras entre a educação formal e não formal** as discussões se tornam mais amplas, uma vez que os termos denotam um antagonismo que não ficam restritos somente à grafia da palavra. Como vimos anteriormente, o contexto histórico no qual a educação não formal surgiu, esteve atrelada à crise mundial da educação que enfatizava, entre outras coisas, as críticas em relação à escola e à educação formal. Devido a esse fato, desde sua popularização a educação não formal esteve vinculada a assinalar alternativas ao formal e, a denominação de seu termo expressa uma descrição pela negação, assim como manifesta o documento elaborado pelo Program of Studies in Non-formal Education, Michigan State University (1974) citado por Garcia (2009, p. 50):

[...] Seja ou não o termo “educação não-formal” viável a longo prazo, ele é útil agora para assinalar alternativas ao formal, aos empreendimentos educacionais institucionalizados. Usar tal termo é uma tentativa honesta, ainda que insuficiente, de distinção dentro das principais forças educativas de uma sociedade. “Educação não-formal” é uma descrição pela negação, e desse modo diz menos que o termo “educação formal”. (É como definir um carro dizendo que ele não é um cavalo, não é um avião, não é um barco etc). Frequentemente, “não-formal” tem sido compreendido pelos leigos como sendo sem forma ou sem estrutura discernível, sem organização ou sem propósitos. “Formal”, por outro lado, implica procedimento, propósito, forma e ordem. Contudo, muitos tipos de educação – além da escola formal – em comunidade, em casa, na igreja, na indústria e outras instituições sociais similares e organizações comerciais têm forma.

Podemos observar a educação não formal sendo definida através dos limites da educação formal. Brembeck (1978 *apud* GARCIA, 2009), autor que fez parte das primeiras pesquisas norte-americanas sobre o tema, denotam que a educação não formal foi planejada para favorecer o desenvolvimento econômico de forma mais rápida e mais barata nos países em situação de

desenvolvimento. Assim, a educação não formal passou a ser desenhada no cenário teórico como possível solução dos problemas da escola.

Outros aspectos são citados pelos autores ao delimitarem a educação não formal, como as fronteiras de espaço e flexibilização do tempo e dos conteúdos. Para Gadotti (2005), a educação não formal é mais difusa, menos burocrática e hierárquica, suas atividades têm duração variável e o tempo de aprendizagem é flexível. Ele acrescenta, ainda, que as categorias espaço e tempo são de suma importância, pois são representativas dessa modalidade de educação.

Afonso (2001) também promove uma diferenciação da educação não formal em relação à formal no que diz respeito a flexibilização na adaptação de conteúdos de aprendizagem e a não fixação de tempos e locais.

Garcia (2009) reforça que a flexibilização de conteúdos oferecida pela educação não formal, por vezes, é mais importante do que qualquer outro conteúdo pré-estabelecido por pessoas ou instituições, uma vez que oferecer propostas e temas alinhados com o grupo em questão é considerado ponto fundamental para o desenvolvimento do trabalho educacional.

Já Trilla (2008) nos atenta para os critérios metodológico e estrutural. Vimos que a educação não formal é comumente relacionada àquela que acontece fora da escola e que se afasta dos procedimentos escolares convencionais. Dessa forma, o critério metodológico consiste em definir a educação não formal a partir de procedimentos que se distanciam das formas convencionais da escola. Já o critério estrutural não leva em conta o seu caráter escolar ou não escolar, mas sim sua inclusão ou não no sistema educativo oficial. Isto é, a distinção tem caráter administrativo, legal, sendo o formal “[...] aquilo que assim é definido, em cada país e em cada momento pelas leis e outras disposições administrativas; o não-formal, por outro lado é aquilo que permanece à margem do organograma do sistema educacional graduado [...]” (TRILLA, 2008, p. 40).

Trilla (2008) adverte que a partir desse critério, os conceitos apresentam “[...] uma clara relatividade histórica e política: o que antes era não-formal pode mais tarde passar a ser formal, do mesmo modo que algo pode ser formal em



um país e não-formal em outro” (TRILLA, 2008, p. 40). O autor ainda afirma que acredita que o critério estrutural seja o mais adequado, uma vez que a educação não formal não é um método ou uma metodologia.

Gohn (2010) declara que concorda com Trilla quando coloca que a educação não formal não é um método ou metodologia e que não é esse aspecto que a diferencia da educação formal.

Libâneo (2002) traz uma definição de educação não formal e formal que diverge das apresentadas até o momento. Ele não considera a legislação educacional de cada país como critério marcante de diferenciação, além de admitir que exista educação formal também fora da escola:

[...] Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal. Mas isso não significa dizer que não ocorra educação formal em outros tipos de educação intencional (vamos chamá-las de não-convencionais). Entende-se, assim, que onde haja ensino (escolar ou não) há educação formal. Nesse caso, são atividades educativas formais também a educação de adultos, a educação sindical, a educação profissional, desde que nelas estejam presentes a intencionalidade, a sistematicidade e condições previamente preparadas, atributos que caracterizam um trabalho pedagógico didático, ainda que realizadas fora do marco do escolar propriamente dito. A educação não-formal, por sua vez, são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas (LIBÂNEO, 2002, p. 88-89).

Libâneo (2002) também evidencia um outro aspecto importante nessa relação que, constantemente aparece nos trabalhos e produções sobre o assunto: ações do campo da educação não formal são denominadas como formas alternativas de educação. Nesse sentido, o autor vai contra esse ponto de vista, uma vez que defende a complementariedade entre as modalidades educacionais.

Dessa maneira, nossas ideias vão ao encontro das do autor, visto que, se considerarmos a educação não formal e a informal como alternativas, estaríamos pressupondo a escolha de uma ou outra e negando a sua importância para o processo de formação do indivíduo. Devemos ter em mente, que cada uma das modalidades educacionais possui campos de atuação e



características específicas e que uma não deve sobressair sobre a outra, conforme corrobora Libâneo (2002, p. 89-90):

[...] Considera-se, pois, equivocado o entendimento de que formas alternativas de educação se constituem como não-formais ou informais. É preciso superar duas visões estreitas do sistema educativo: uma, que o reduz à escolarização, outra que quer sacrificar a escola ou minimizá-la em favor de formas alternativas de educação. Na verdade, é preciso ver as modalidades de educação informal, não-formal, formal, em sua interpenetração. A escola não pode eximir-se de seus vínculos com a educação informal e não-formal; por outro lado, uma postura consciente, criativa e crítica ante os mecanismos da educação informal e não-formal depende, cada vez mais, dos suportes da escolarização. Não levando em conta esta interpenetração, expressando o movimento de entrecruzamento entre as diversas modalidades de educação, cai-se em posições sectárias que só contribuem para a divisão da ação dos educadores. Nem negação da escola, nem isolamento da escola em relação à vida social.

Já citamos anteriormente que parte dessa visão encontrada sobre a educação não formal esteve vinculada às discussões em torno da perspectiva econômica criada sobre a temática. Brembeck (1978) chama atenção para essa perspectiva de crescimento e desenvolvimento econômico, sobretudo nos países subdesenvolvidos, sem necessariamente, discutir e analisar os aspectos ideológicos, filosóficos e o seu papel social na educação.

Esse artifício de compreender a educação não formal como salvação para atender as demandas da sociedade é evidenciada no trecho abaixo do já citado artigo do Programa de Estudos em Educação Não-Formal de Michigan State University (1974 *apud* GARCIA, 2009, p. 140):

Como conclusão, é bastante concebível que a educação não-formal tenha a chave para a educação de sucesso em ambas as formas, formal e não-formal. A educação formal necessita continuar estudando as razões para o sucesso da sua “irmã” não-formal e procurar adotar e adaptar essas razões para seus próprios programas. Por outro lado, a educação não-formal necessita aprender de sua outra “irmã mais velha” algumas das lições da vida educacional [...].

Todo esse contexto apresentado até aqui denota uma relação entre a educação formal e não formal ainda centrada na comparação, no sentido de

disputa por uma demanda, relevância ou espaço. Segundo Garcia (2009) essa competição ainda se estende aos dias de hoje.

Gohn (2010) ao desmistificar alguns termos utilizados como sinônimos para a educação não formal, ela afirma que o termo *extraescolar* não é adequado para defini-la, pois ele demarca uma barreira de separação pelos muros e por fatores geográficos e espaciais, excluindo a possibilidade de atuarem em um mesmo cenário. Além disso, ela também questiona o uso do termo *educação alternativa*, pois ele “[...] restringe o campo da educação não formal, coloca-a como um tampão, ou uma tábua de salvação para casos em que a escola não estaria dando conta de resolver os problemas. [...]” (GOHN, 2010, p. 24). Em outro ponto, Gohn (2010) ratifica e conclui que a educação não formal não deve ser vista como uma proposta contra ou alternativa à educação formal. “[...] Já afirmamos: ‘ela não deve ser definida pelo que não é, mas sim pelo que ela é [...]’” (GOHN, 2010, p. 40).

Garcia (2005, p. 27) reforça esse pensamento:

[...] o conceito de educação não formal não está no conceito de educação formal, apesar de possuir alguns entrelaçamentos com este, mas é um outro conceito, que não diz o acontecimento da educação formal. Diz de um outro acontecimento, que não é melhor nem pior, mas transita em outro plano.

Assim, cabe a nós, que estamos diante da trajetória desse campo educacional, promover uma discussão, no sentido de reconhecer que ele desempenha hoje um outro papel no contexto social e que nada tem a ver com a oposição em relação à educação formal.

Nesse raciocínio, já relatamos aqui a preocupação que alguns autores apresentam na concepção de que a educação não formal poderia “ocupar” o lugar da educação formal. Segundo Garcia (2009), essas discussões têm ocorrido desde a década de 90, sobretudo na atuação do Terceiro Setor e do desmonte das responsabilidades sociais do Estado. O receio gira em torno de que a educação não formal pode exercer algumas ações no campo da educação formal ou até mesmo substituí-la, de maneira menos qualificada. Esses aspectos poderiam contribuir para o processo de sucateamento da escola pública com incentivo do discurso neoliberal, de que a comunidade “[...]”



através de instituições da sociedade civil, está gerindo os equipamentos públicos, em particular aqueles vinculados ao sistema educacional. [...]” (GARCIA, 2009, p. 147).

Desta forma, devemos elevar a nossa atenção para a possibilidade de a educação não formal ser entendida como uma nova roupagem para o sistema formal de ensino, servindo a um discurso difundido pelo sistema neoliberal, que visa promover a exclusão da responsabilidade pública na educação de qualidade para todos e transferir essa responsabilidade para a educação não formal privada.

Em relação aos conceitos apresentados e através do estudo desses referenciais, podemos ponderar que autores como Gohn, Trilla, e por vezes Afonso, trazem um enfoque mais amplo para a educação não formal, aliados à promoção da formação dos indivíduos como cidadãos e transformadores de sua realidade social. As autoras Simson, Fernandes e Park também têm trabalhado nessa linha de entendimento. Essa visão contrapõe com o conceito apresentado por Coombs, por exemplo, que transparece um viés mais controlador e sugestionado da educação não formal.

Considerações finais

Diante de todo esse cenário apresentado, podemos perceber que as discussões em torno da educação não formal são amplas, diversas e demonstram o processo de definição de um conceito, que não é único, mas apresenta nuances que remetem ao contexto no qual foram criados. Todas essas visões diferentes, por vezes, contraditórias, positivas ou negativas, contribuem no sentido de enxergarmos as diferentes ações que são possíveis de serem realizadas. Para Garcia (2009), essa amplitude de possibilidades criativas é o que a educação não formal apresenta de mais vantajoso e interessante, assim como, o fato de não existirem modelos prontos a serem seguidos.



Referências

AFONSO, A. J. Os lugares da educação. In: SIMSON, O. R. M.; PARK, M. B. e FERNANDES, R. S. (orgs). **Educação não-formal: cenários da criação.** - Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 2001.

COOMBS, P. H.; AHMED, M. **La lucha contra la pobreza rural:** el aporte de la educación no formal. Madrid: Editorial Tecnos, 1975.

BRASIL, Presidência da República. Câmara de reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília, 1995.

BREMBECK, C. S. **Formal education, non formal education, and expanded conceptions of development.** - Occasional Papers Non formal education, Institute for International Studies in Education: Michigan, 1978.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal.** Seminário Direito à educação: solução para todos os problemas ou problema sem solução? Institut International Des Droits De L'enfant (Ide), Suíça, 2005.

GARCIA, V. A. **A educação não-formal como acontecimento.** 2009. 468f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo, 2009.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo no terceiro setor. São Paulo, Cortez, 2001.

GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, 2006.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais – São Paulo, Cortez, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6º edição – São Paulo, Cortez: 2002.

SIMSON, O. R. M.; PARK, M. B. e FERNANDES, R. S. (orgs). **Educação não-formal: cenários da criação.** - Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 2001.

TRILLA, J. **Educação formal e não-formal:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

Sobre os Autores

Cecília Elias Calenzani

ceciliacalenzani@hotmail.com

Mestre em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores pela Universidade Federal do Espírito Santo – Campus Alegre, Licenciada em



Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e Especialista em Docência na Biologia para Educação Básica pela Faculdade Educamais. Atualmente é professora de ciências da rede particular do município de Guarapari – ES.

Maria Aparecida de Carvalho

cida16ster.unicamp@gmail.com

267

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática (PECIM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), possui mestrado em Química (2010) na área de Química Inorgânica, bacharel e licenciatura plena (2007) em Química pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora do Departamento de Química e Física do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)- campus Alegre, da Universidade Federal do Espírito Santo, lecionando principalmente disciplinas de Ensino de Química para o curso Química Licenciatura (CCENS/UFES). Coordenadora do Curso Química Licenciatura (CCENS/UFES) de 2019 a 2023. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC) na linha de Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Atuou no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Residência Pedagógica (PRP).

